

Inflação, política e necessidade de um novo pacto de interesses

Carlos Zveibel Neto *

Desde que comecei minha vida profissional, escuto dizer que nosso problema é a inflação. Acho que a inflação não é a origem de nossos problemas, mas sim a resultante de grandes problemas estruturais que não são atacados de frente.

Nossa capacidade produtiva é baixa e ruim porque não temos treinamento adequado, carecemos de incentivos para produzir e porque 42% de nossa população tem menos de 17 anos.

Enfrentamos um brutal desequilíbrio nas contas governamentais, decorrente tanto do processo de fisiologia política com o qual nos defrontamos há séculos quanto do processo de substituição das importações, que em contrapartida foi importante indutor da modernização da Nação em determinado período.

O nacionalismo xenófobo a que fomos submetidos por alguns políticos e mesmo por parte de nossas elites demonstrou-se igualmente prejudicial no processo evolutivo de nossa economia.

A proteção, por vezes exacerbada, dos interesses próprios por parte de trabalhadores, empresários e governo, via formação de barreiras contra ações eventualmente ameaçadoras, é, da mesma forma, lesiva ao interesse coletivo. As forças antiprivatização, os aumentos de preços preventivos ou destinados a repor antigas margens de lucro sem levar em conta a realidade do mercado, bem como a evasão fiscal, a economia paralela e as ações corporativas, tudo isso conspira contra a modernidade.

Enquanto persistirem esses problemas de caráter comportamental e estrutural, de pouco adiantarão os esforços e a seriedade da equipe econômica comandada pelo ministro Marcilio Marques Moreira. E se mostrará infrutífera a política recessiva que nos penaliza e desespera.

Mas há que se ter esperanças de mudança. A sociedade está consciente dos pro-



blemas, aceita o ajuste fiscal, preconiza a privatização e endossa a renegociação da dívida externa como forma de garantir novos investimentos e permitir a retomada do desenvolvimento.

Existem empresários com os pés no chão e lideranças sindicais mudando de postura na relação capital/trabalho, aceitando repartir sacrifícios.

Apesar de todo o aperto, empresários investem em qualidade e produtividade, novos modelos de administração e formas alternativas de produção.

Por outro lado, não se pode esquecer outra faceta do problema: o sistema político precisa avançar, a lei orgânica dos partidos deve ser modificada. Torçamos (e colaboremos) para que a política seja feita no campo das idéias, para que as reformas clamadas pela sociedade sejam compreendidas pelos legisladores com o devido bom senso.

Um ciclo de politicagem, de indiferença e de cinismo agora se esgota. A idéia não é nova, mas continua válida porque ainda não foi exercitada em todo o seu potencial: uma objetiva repactuação de interesses, capaz de garantir compromissos mínimos de governo, capital e trabalho. A indústria automobilística, seus fornecedores, revendedores e trabalhadores, junto com os governos paulista, mineiro e federal, já mostraram do que o entendimento é capaz. Seguraram os preços dos automóveis e garantiram o nível de emprego setorial abrindo mão de parte das margens de lucro e da arrecadação de impostos, e de uma data-base.

O momento é grave. Por isso, vamos conquistar o Brasil, sua riqueza econômica, e resgatar o povo e seu orgulho. O setor da construção sempre foi peça fundamental para o progresso do País, do edifício Martinelli dos anos 30 às grandes obras de tecnologia internacional deste final de milênio. E está pronto a dar sua colaboração por uma nova etapa da vida nacional.

* Empresário, é presidente da Comissão de Obras Públicas e vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).